XI SEMANA ACADÊMICA
01 à 03 de Junho
A Sociedade do cansaço: SAÚDE MENTAL E A CULTURA DO DESEMPENHO NA ERA DIGITAL
FACULDADE VIDAL

DESIGUALDADE SOCIAL E ACESSO À FISIOTERAPIA: UMA ANÁLISE ÉTICA E HISTÓRICA

Autor[1]Cleber Mahlmann Viana Bezerra
Autor[2]Luis Felipe Guerreiro Gomes
Autor[3]Samira Gabrielly Sales dos Santos
Autor[4]Maria Clara de Lima Santiago
Autor[5]Ana Beatriz De Sousa Maia
Autor[6]Luzia Évine de Oliveira Costa

RESUMO

A desigualdade social constitui um dos principais entraves para a efetivação do direito universal à saúde no Brasil, o que reflete diretamente no acesso da população aos serviços de fisioterapia. Este estudo tem como objetivo analisar sob uma perspectiva histórica e ética, a relação entre desigualdade social e acesso à fisioterapia no contexto do sistema de saúde brasileiro. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica de artigos científicos e documentos oficiais relacionados à saúde pública e à fisioterapia. Historicamente, a fisioterapia no Brasil consolidou-se com foco na reabilitação física de indivíduos acometidos por sequelas motoras, acidentes de trabalho e doenças incapacitantes, permanecendo por muitos anos concentrada em hospitais especializados e grandes centros urbanos. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), ampliou-se o acesso aos serviços fisioterapêuticos, fundamentado nos princípios da

[1]FACULDADE VIDAL: e-mail:
[2]FACULDADE VIDAL: e-mail: luisfelipeguerreirogomes933@gmail.com
[3]FACULDADE VIDAL: e-mail: samiragabriellysales@gmail.com
[4]FACULDADE VIDAL: e-mail: mariaclarasantiago067@gmail.com
[5]FACULDADE VIDAL: e-mail: anabhia02@gmail.com
[6]FACULDADE VIDAL: e-mail: evinecosta86@gmail.com

universalidade, integralidade e equidade. Entretanto, persistem desafios relacionados à desigualdade socioeconômica, como a escassez de profissionais, a concentração regional dos serviços, a alta demanda no sistema público e as dificuldades financeiras enfrentadas pela população mais vulnerável. Sob a perspectiva ética, o estudo evidencia a importância da justiça social, da dignidade humana e da equidade na organização e distribuição dos serviços de fisioterapia, ressaltando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de saúde para garantir um acesso mais igualitário e eficaz à assistência fisioterapêutica.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Social; Fisioterapia; Saúde; Éica

INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei nº 8.080/1990, de 19 de setembro de 1990, publicada no Diário Oficial da União, a saúde é reconhecida como um direito inerente à dignidade da pessoa humana, incumbindo ao Estado adotar as medidas necessárias para assegurar sua efetivação. A legislação determina que o Poder Público atue por meio da criação e execução de políticas públicas sociais e econômicas voltadas à prevenção de doenças e à redução de outros riscos à coletividade, garantindo, ainda, acesso amplo, igualitário e contínuo aos serviços e ações destinados à promoção, preservação e restabelecimento da saúde.

A desigualdade social é uma realidade presente na sociedade brasileira e influencia diretamente o acesso da população aos serviços de saúde. Apesar de a saúde ser um direito garantido a todos, muitas pessoas ainda encontram dificuldades para obter tratamentos adequados, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade econômica e social. Nesse cenário, o acesso à fisioterapia também se mostra desigual, já que grande parte da população depende exclusivamente do sistema público e enfrenta obstáculos como falta de profissionais, demora no atendimento e escassez de recursos. Dessa forma, discutir a relação entre desigualdade social e acesso à fisioterapia é fundamental para compreender os desafios éticos e históricos envolvidos na efetivação do direito à saúde.

Ao longo da história, os serviços de fisioterapia estiveram mais presentes em hospitais especializados e grandes centros urbanos, o que dificultava o atendimento das populações que viviam em áreas rurais e periféricas. Com o crescimento da industrialização e o aumento dos casos de acidentes de trabalho e doenças incapacitantes no século XX, a fisioterapia ganhou maior relevância dentro da área da saúde. Entretanto, apesar da expansão desses atendimentos, muitas pessoas ainda enfrentam dificuldades para conseguir acesso ao tratamento fisioterapêutico, principalmente aquelas que dependem exclusivamente do

sistema público. Assim, torna-se importante analisar como as desigualdades sociais influenciam o acesso à fisioterapia e comprometem a garantia do direito à saúde e à reabilitação adequada.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica, fundamentado na análise e interpretação de produções científicas relacionadas à temática abordada. Para a construção teórica do trabalho, utilizou-se como principal base de dados a revista Práxis em Saúde, da qual foram selecionados artigos científicos, estudos e publicações pertinentes ao objeto de investigação. Posteriormente, as informações coletadas passaram por um processo de leitura analítica e sistematização, possibilitando a organização dos dados e o aprofundamento das discussões apresentadas ao longo do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise histórica mostra que a fisioterapia no Brasil surgiu com foco na recuperação física de pessoas que apresentavam sequelas motoras, principalmente causadas pela poliomielite, acidentes de trabalho e traumas ortopédicos. Com o passar dos anos, a profissão foi conquistando mais espaço e ampliando sua atuação para diversas áreas da saúde, deixando de atuar apenas na reabilitação e passando também a contribuir na prevenção de doenças e na promoção da qualidade de vida.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) representou um avanço muito importante para a população brasileira, principalmente para as pessoas que não tinham condições financeiras de pagar por atendimento particular. A partir dos princípios de universalidade, integralidade e equidade, o SUS possibilitou que os serviços de fisioterapia chegassem a um número maior de pessoas, fortalecendo o direito à saúde como algo que deve ser garantido a todos.

Mesmo com esses avanços, a pesquisa mostra que a desigualdade social ainda interfere bastante no acesso aos atendimentos fisioterapêuticos. Em regiões mais pobres, cidades pequenas e áreas periféricas, muitas pessoas enfrentam dificuldades para conseguir acompanhamento adequado. A falta de profissionais, a pouca oferta de serviços especializados e a distância até os centros de atendimento acabam dificultando ainda mais a realidade de quem depende exclusivamente da rede pública.

Os resultados analisados também mostram que a alta demanda nos serviços públicos gera longos períodos de espera, o que muitas vezes atrasa o início do tratamento e compromete a recuperação dos pacientes. Em alguns casos, pessoas convivem por muito

tempo com dores e limitações físicas enquanto aguardam atendimento. Essa situação evidencia que, embora o acesso exista na teoria, ele nem sempre acontece de forma eficiente e igualitária na prática.

Outro ponto importante percebido durante a pesquisa é que muitas famílias enfrentam dificuldades financeiras até mesmo para manter a continuidade do tratamento. Gastos com transporte, deslocamento e alimentação acabam se tornando obstáculos para pessoas que precisam comparecer frequentemente às sessões de fisioterapia. Além disso, a falta de informação sobre os direitos relacionados à saúde faz com que muitos indivíduos nem procurem os serviços disponíveis.

Ao comparar essas informações com os estudos utilizados na pesquisa, percebe-se que diversos autores defendem que a desigualdade social influencia diretamente as condições de saúde da população. Pessoas em situação de vulnerabilidade geralmente possuem menos acesso aos serviços de prevenção, diagnóstico e reabilitação, o que acaba aumentando ainda mais as diferenças sociais já existentes.

A literatura também destaca a importância da presença do fisioterapeuta na atenção básica e nas ações comunitárias. Quando o profissional está mais próximo da população, o atendimento se torna mais humanizado, preventivo e acessível. Além de ajudar na recuperação física, a fisioterapia também contribui para melhorar a autoestima, a autonomia e a qualidade de vida das pessoas.

Outro aspecto relevante discutido na pesquisa foi a questão ética. O trabalho do fisioterapeuta vai além da aplicação de técnicas e exercícios; envolve também empatia, respeito e compromisso social. Garantir que todas as pessoas tenham acesso ao cuidado, independentemente de sua condição financeira, é uma forma de promover dignidade e justiça social.

Dessa forma, os resultados apresentados mostram que, apesar dos avanços históricos da fisioterapia e da ampliação das políticas públicas de saúde, ainda existem muitos desafios para garantir um acesso realmente igualitário aos serviços fisioterapêuticos. A pesquisa reforça a necessidade de maiores investimentos na saúde pública, da ampliação do número de profissionais e da criação de estratégias que aproximem os serviços de saúde das populações mais vulneráveis.

CONCLUSÃO

A partir das análises realizadas neste estudo, compreende-se que a desigualdade social permanece como um dos principais fatores responsáveis pelas dificuldades de acesso aos serviços fisioterapêuticos no Brasil. Mesmo com os avanços promovidos pelas políticas

públicas de saúde e pela criação do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda existem limitações estruturais, econômicas e sociais que comprometem a efetivação do direito universal à saúde, principalmente entre as populações em situação de vulnerabilidade social.

Historicamente, a fisioterapia desenvolveu-se com foco na reabilitação física de indivíduos acometidos por sequelas motoras, acidentes de trabalho e doenças incapacitantes. Durante muitos anos, os serviços fisioterapêuticos permaneceram concentrados em hospitais especializados e grandes centros urbanos, dificultando o acesso das populações residentes em áreas periféricas, rurais e municípios com menor desenvolvimento econômico. Embora a profissão tenha ampliado sua atuação ao longo do tempo, os reflexos dessas desigualdades ainda são percebidos na realidade atual do sistema de saúde brasileiro.

Nesse contexto, fatores como baixa renda, dificuldades de transporte, ausência de serviços especializados próximos às comunidades, escassez de profissionais e longas filas de espera contribuem diretamente para o acesso limitado da população à assistência fisioterapêutica. Muitas pessoas dependem exclusivamente do atendimento público e acabam enfrentando obstáculos que dificultam a continuidade do tratamento, comprometendo a recuperação física e a qualidade de vida dos pacientes. Além disso, a desigualdade regional influencia significativamente a oferta dos serviços de fisioterapia. Enquanto alguns centros urbanos possuem maior quantidade de clínicas, hospitais e profissionais especializados, diversos municípios do interior ainda apresentam baixa cobertura assistencial. Segundo Silva et al. (2026), a regionalização da fisioterapia no Brasil ainda enfrenta desafios relacionados à distribuição desigual dos atendimentos e às dificuldades de acesso das populações mais vulneráveis aos serviços de reabilitação.

Sob a perspectiva ética, torna-se fundamental refletir sobre a responsabilidade do Estado na garantia de um atendimento digno, humanizado e acessível para toda a população. Dessa forma, os princípios de justiça social, equidade e dignidade humana devem orientar a organização e distribuição dos serviços fisioterapêuticos no país. Portanto, conclui-se que a desigualdade social impacta diretamente o acesso da população à fisioterapia, evidenciando a necessidade de fortalecer as políticas públicas de saúde, ampliar os investimentos no SUS e promover estratégias que garantam maior inclusão, acessibilidade e continuidade dos tratamentos fisioterapêuticos para toda a população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: Planalto. Acesso em: 12 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília, DF, 1990. Disponível em: Planalto. Acesso em: 12 maio 2026.

SILVA, Nilmar Sampaio da et al. Regionalização do serviço de fisioterapia: desafios e barreiras de acesso ao tratamento. PRÁXIS EM SAÚDE, Florianópolis, v. 4, n. 1, 2026. DOI: 10.56579/prxis.v4i1.3157. Disponível em: PRÁXIS EM SAÚDE. Acesso em: 11 maio 2026.